

Fras-le S.A.

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015.**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações de resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)	14
Demonstrações do valor adicionado	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3303-6000, Fax +55 (51) 3303-6001
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Fras-le S.A.
Caxias do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Fras-le S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Fras-le S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações



financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valorização dos instrumentos financeiros e contabilidade de proteção (“contabilidade de *hedge*”) - Controladora e Consolidado

Conforme descrito nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas nº 3.3(c) e 26, a Companhia designa como contabilidade de *hedge* instrumentos financeiros passivos (financiamentos em moeda estrangeira) com objetivo de proteção dos riscos de variação de câmbio de suas receitas futuras consideradas de alta probabilidade de ocorrência. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía um montante de R\$ 12.498 mil registrado em outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido individual e consolidado, decorrente da aplicação da contabilidade de *hedge*.

A designação desses instrumentos financeiros como contabilidade de *hedge* e a mensuração de sua efetividade requerem o cumprimento de certas obrigações formais, e incluem a necessidade de que a Companhia faça julgamentos em relação à proteção efetiva do risco de variação cambial, e ao alinhamento à sua estratégia de gestão de riscos do negócio. Em função da necessidade de avaliação da efetividade da política de gestão de riscos, e pelo potencial impacto que alterações nessas estimativas poderiam ter sobre os resultados e os fluxos de caixa nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Obtenção do entendimento do desenho e implementação do processo de designação, valorização e gerenciamento dos instrumentos financeiros tratados como contabilidade de *hedge*;
- Confirmação externa, com instituições financeiras, sobre a existência de financiamentos em moeda estrangeira e seus fluxos de caixa contratuais;
- Com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos os principais critérios relacionados à valorização e efetividade da estratégia de contabilidade de *hedge* da Companhia e comparamos com os cálculos por ela preparados, bem como com o desempenho passado e estimativa futura de proteção de riscos; e
- Avaliação da adequação das divulgações sobre as premissas, os julgamentos, as estratégias de proteção, e a exposição ao risco de liquidez da Companhia.

Perda do valor recuperável de ativos imobilizados - Controladora e Consolidado

Conforme descrito nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas nº 3.4.(d) e 14, a Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGCs"). Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuem ativos imobilizados no montante de R\$ 266.121 mil e R\$ 345.301 mil na Controladora e Consolidado, respectivamente, sujeitos a análise de recuperabilidade ("*impairment*"). A avaliação da Companhia e suas controladas sobre a determinação das unidades geradoras de caixa (UGC), e sobre a quantificação do valor de eventual perda, seja em função da determinação do valor de mercado ou do valor recuperável pelo uso dos ativos, possui um grau significativo de julgamento. Em função da relevância dos montantes envolvidos, do nível de subjetividade dos julgamentos realizados



pela Companhia e seus especialistas em avaliação de ativos, e do possível impacto que eventuais alterações nas premissas associadas a esses julgamentos poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento do desenho e implementação dos processos operacionais chave adotados pela Companhia e suas controladas na identificação de que os ativos possam apresentar indicação de perda em seu valor recuperável;
- Avaliação dos julgamentos significativos adotados pela Companhia e suas controladas na identificação de cada UGC, como por exemplo na identificação de linhas de produto, linhas de negócios e localidades individuais;
- Comparação das estimativas de fluxos de caixa aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, com as premissas utilizadas na preparação do estudo de recuperabilidade para cada UGC, e com o histórico recente de geração de caixa daquelas UGC;
- Avaliação das principais premissas de julgamento aprovadas pelo Conselho de Administração para a projeção dos fluxos de caixa descontados, como por exemplo: expectativas de entradas e saídas de caixa advindas do uso do ativo, estimativa de aumento de preços e taxas de desconto aplicadas para cada UGC; e
- Avaliação da adequação das divulgações sobre as premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável dos ativos imobilizados, conforme nota explicativa às demonstrações financeiras individuais e consolidadas nº 14.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos



evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 21 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Wladimir Omiechuk
Contador CRC RS-041241/O-2

Fras-le S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	218.529	119.656	256.244	161.895
Aplicações financeiras de liquidez não imediata	7	274.181	55.008	274.181	55.008
Clientes	8	167.322	173.686	61.449	75.507
Estoques	9	86.942	94.929	172.161	187.280
Impostos e contribuições a recuperar	10	10.682	10.666	18.647	16.732
Outros ativos circulantes		5.171	5.676	13.677	16.090
		<u>762.827</u>	459.620	<u>796.359</u>	512.512
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Impostos e contribuições a recuperar	10	4.612	5.839	9.367	7.242
Depósitos judiciais	16	8.010	6.458	8.500	6.835
Impostos diferidos	21	-	-	31.330	30.613
Dividendos a receber	11	513	840	-	-
Outros ativos não circulantes		-	-	45	56
		<u>13.135</u>	13.137	<u>49.242</u>	44.746
Investimentos	13	96.606	104.253	464	761
Imobilizado	14	266.121	283.045	345.301	398.914
Intangível	15	9.994	12.747	10.938	14.026
		<u>385.856</u>	<u>413.182</u>	<u>405.945</u>	<u>458.447</u>
Total do ativo		<u>1.148.683</u>	<u>872.802</u>	<u>1.202.304</u>	<u>970.959</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fras-le S.A.

Balancos patrimoniais

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Passivo					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	102.718	124.154	117.307	150.882
Fornecedores		41.479	28.133	56.420	42.960
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	429	-	429
Impostos e contribuições		13.665	17.019	20.583	21.599
Salários e encargos		14.780	11.948	17.612	14.595
Adiantamento de clientes		1.204	3.197	1.723	3.658
Dividendos a pagar	19	816	1.434	816	1.434
Juros sobre o capital próprio a pagar	19	6.175	5.339	6.175	5.339
Participações dos empregados e administradores		6.501	6.042	6.501	6.042
Comissões a pagar		1.403	3.374	1.403	1.331
Provisões para garantias		1.212	789	1.212	789
Outros passivos circulantes		6.178	4.665	11.029	17.742
		196.131	206.523	240.781	266.800
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	124.258	200.741	138.861	231.276
Impostos diferidos	21	21.189	11.368	28.851	23.949
Provisão para litígios	16	6.006	4.578	7.369	6.401
Subvenção governamental a realizar		3.356	-	3.356	-
Provisão para perda com investimento	13	16.060	8.220	-	-
Outros passivos não circulantes		9.547	9.230	10.044	9.280
		180.416	234.137	188.481	270.906
Total do passivo		376.547	440.660	429.262	537.706
Patrimônio líquido					
Capital social	18	600.000	300.000	600.000	300.000
Reserva de incentivos fiscais		2.302	-	2.302	-
Reserva capital		(4.623)	-	(4.623)	-
Reserva de Lucros		162.470	117.457	162.470	117.457
Ações em tesouraria		(13.352)	(13.352)	(13.352)	(13.352)
Outros resultados abrangentes	18	25.339	28.037	25.339	28.037
Total da participação dos controladores		772.136	432.142	772.136	432.142
Participação de acionistas não controladores		-	-	906	1.111
Total do patrimônio líquido		772.136	432.142	773.042	433.253
Total do passivo e patrimônio líquido		1.148.683	872.802	1.202.304	970.959

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fras-le S.A.

Demonstrações dos resultados

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	22	580.490	541.725	812.651	875.026
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	23	(408.669)	(361.191)	(580.608)	(619.441)
Lucro bruto		171.821	180.534	232.043	255.585
Receitas (despesas) operacionais	23				
Vendas		(46.079)	(55.530)	(66.838)	(88.188)
Administrativas e gerais		(40.294)	(43.144)	(59.274)	(69.128)
Resultado da equivalência patrimonial	13	(1.722)	(3.575)	-	-
Outras despesas e receitas operacionais		(7.293)	(11.823)	(22.294)	(17.401)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		76.433	66.462	83.637	80.868
Despesas financeiras	25	(86.770)	(134.897)	(100.089)	(151.551)
Receitas financeiras	25	99.518	135.673	102.733	138.019
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		89.181	67.238	86.281	67.336
Imposto de renda e contribuição social	21	(24.900)	(15.085)	(21.804)	(14.874)
Lucro líquido do exercício		64.281	52.153	64.477	52.462
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	196	309
Atribuível aos acionistas controladores		64.281	52.153	64.281	52.153
Lucro por ação básico e diluído atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	20	0,34	0,43	0,34	0,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fras-le S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Lucro líquido do exercício		64.281	52.153	64.477	52.462
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado					
Ajustes acumulados de conversão	13	(17.566)	15.091	(17.566)	15.091
Perda atuarial – Randonprev	12	(13)	(871)	(13)	(871)
Imposto de renda e contribuição social - Randonprev	21	4	296	4	296
Perda atuarial, líquida		(9)	(575)	(9)	(575)
Hedge de fluxo de caixa	26	17.326	(26.834)	17.326	(26.834)
Imposto de renda e contribuição social	21	-	1.601	-	1.601
Hedge de fluxo de caixa, líquido		17.326	(25.233)	17.326	(25.233)
Resultado abrangente total		<u>64.032</u>	<u>41.436</u>	<u>64.228</u>	<u>41.745</u>
Atribuível aos:					
Acionistas controladores				64.032	41.436
Acionistas não controladores				196	309
				<u>64.228</u>	<u>41.745</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fras-le S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total da participação dos controladores	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva geral de lucros	Outros resultados abrangentes e Ajustes de Avaliação Patrimonial				
Saldos em 01 de janeiro de 2015	300.000	(13.352)	27.498	52.448	41.466	-	408.060	907	408.967
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	52.153	52.153	309	52.462
Efeito dos acionistas não controladores sobre empresas consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	(105)	(105)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	15.091	-	15.091	-	15.091
Avaliação atuarial	-	-	-	-	(575)	-	(575)	-	(575)
Hedge accounting	-	-	-	-	(25.233)	-	(25.233)	-	(25.233)
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da depreciação do valor atribuído	-	-	-	-	(2.712)	2.712	-	-	-
Destinações propostas:									
Reserva legal	-	-	2.743	-	-	(2.743)	-	-	-
Reserva geral de lucros	-	-	-	37.044	-	(37.044)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	(2.276)	-	(1.429)	(3.705)	-	(3.705)
Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95	-	-	-	-	-	(13.649)	(13.649)	-	(13.649)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	300.000	(13.352)	30.241	87.216	28.037	-	432.142	1.111	433.253
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	64.281	64.281	196	64.477
Aumento de capital	300.000	-	-	-	-	-	300.000	-	300.000
Efeito dos acionistas não controladores sobre empresas consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	(401)	(401)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	(17.566)	-	(17.566)	-	(17.566)
Gastos com emissão de ações	-	(4.623)	-	-	-	-	(4.623)	-	(4.623)
Avaliação atuarial	-	-	-	-	(9)	-	(9)	-	(9)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	2.302	-	(2.302)	-	-	-
Hedge accounting	-	-	-	-	17.326	-	17.326	-	17.326
Ações em tesouraria	-	13.352	-	(13.352)	-	-	-	-	-
Realização da depreciação do valor atribuído	-	-	-	-	(2.449)	2.449	-	-	-
Destinações propostas:									
Reserva legal	-	-	3.222	-	-	(3.222)	-	-	-
Reserva geral de lucros	-	-	-	44.397	-	(44.397)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	(2.606)	-	(809)	(3.415)	-	(3.415)
Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95	-	-	-	-	-	(16.000)	(16.000)	-	(16.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	600.000	(4.623)	33.463	117.957	25.339	-	772.136	906	773.042
Saldos em 31 de dezembro de 2016	600.000	(4.623)	33.463	117.957	25.339	-	772.136	906	773.042

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fras-le S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	64.281	52.153	64.477	52.462
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	24.900	15.085	21.804	14.874
Depreciação e amortização	27.606	27.456	40.016	41.585
Provisões para litígios	1.428	1.437	968	2.653
Provisão para devedores duvidosos	(6.448)	5.257	(9.329)	9.447
Provisão para estoques obsoletos	455	(664)	(375)	1.515
Outras provisões	(1.512)	803	531	842
Custo residual de ativos imobilizado baixados e vendidos	563	6.880	828	1.758
Equivalência patrimonial	1.722	3.575	-	-
Baixa de investimentos	80	-	-	-
Variação cambial e juros sobre empréstimos	(13.260)	65.936	(21.000)	87.034
Variação em derivativos	(429)	285	(429)	285
Perdas por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado	-	-	11.950	-
Receita de subvenção governamental	(2.073)	-	(2.073)	-
Ajuste de capital de giro				
Clientes	12.820	(79.239)	23.484	(8.425)
Aplicações financeiras de liquidez não imediata	(219.173)	22.809	(219.173)	22.809
Depósitos judiciais	(1.552)	249	(1.665)	143
Outras contas a receber	(449)	(562)	(2.133)	(16.959)
Estoques	7.532	(21.225)	15.494	(31.878)
Fornecedores	13.346	2.986	13.460	2.479
Outras contas a pagar	3.146	12.728	3.060	32.246
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.403)	(16.265)	(13.251)	(18.299)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais	(99.420)	99.684	(73.356)	194.571
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento de dividendos de controladas	8.328	-	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(8.492)	(27.506)	(10.421)	(62.887)
Fluxo de caixa líquido utilizado em atividades de investimentos	(164)	(27.506)	(10.421)	(62.887)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos	(17.690)	(13.767)	(17.690)	(13.767)
Empréstimos tomados	64.821	38.454	68.131	104.130
Pagamento de empréstimos	(131.376)	(112.990)	(153.174)	(216.416)
Integralização de capital	300.000	-	300.000	-
Gastos com emissão de ações	(4.623)	-	(4.623)	-
Juros pagos por empréstimos	(12.675)	(19.438)	(14.518)	(19.973)
Fluxo de caixa líquido gerado (utilizado) em atividades de financiamentos	198.457	(107.741)	178.126	(146.026)
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	98.873	(35.563)	94.349	(14.342)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício (Nota explicativa 6)	119.656	155.219	161.895	176.237
No fim do exercício (Nota explicativa 6)	218.529	119.656	256.244	161.895
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	98.873	(35.563)	94.349	(14.342)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fras-le S.A.

Demonstrações do valor adicionado

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas				
Vendas de produtos e serviços (-) devoluções	765.365	717.173	1.045.108	1.087.791
Outras receitas	3.039	2.105	5.625	2.135
Receitas relativas à Construção de Ativos Próprios	6.992	22.546	6.992	22.546
Provisão para devedores duvidosos	6.448	(5.257)	9.329	(5.233)
	781.844	736.567	1.067.054	1.107.239
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)				
Matérias-primas consumidas	(264.368)	(234.816)	(301.225)	(272.676)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(143.361)	(130.470)	(282.671)	(345.017)
	(407.729)	(365.286)	(583.896)	(617.693)
Retenções				
Depreciação e amortização	(27.606)	(27.456)	(40.016)	(41.585)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	346.509	343.825	443.142	447.961
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(1.722)	(3.575)	-	-
Aluguéis e Royalties	1.041	1.560	1.041	1.560
Receitas financeiras	99.518	135.673	102.733	138.019
	98.837	133.658	103.774	139.579
Valor adicionado total a distribuir	445.346	477.483	546.916	587.540
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	109.759	104.135	153.270	153.171
Benefícios	16.008	17.417	22.455	30.970
F.G.T.S	11.428	12.221	12.824	13.937
Honorários e participações dos administradores	4.511	4.611	4.511	4.611
Participações dos empregados nos lucros	6.919	8.029	6.919	8.029
Plano de aposentadoria	1.104	979	1.104	983
	149.729	147.392	201.083	211.701
Tributos				
Federais	84.448	80.108	101.726	93.165
Estaduais	55.504	58.110	72.931	72.142
Municipais	445	324	590	497
	140.397	138.542	175.247	165.804
Financiadores				
Juros e despesas financeiras	86.770	134.897	100.089	151.551
Aluguéis	4.169	4.499	6.020	6.022
	90.939	139.396	106.109	157.573
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre o capital próprio e dividendos	16.809	15.077	16.809	15.077
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	196	309
Lucros retidos do exercício	47.472	37.076	47.472	37.076
Valor adicionado distribuído	445.346	477.483	546.916	587.540

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às informações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia

A Fras-le S.A. (“Companhia”), constituída na forma de uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com suas ações negociadas na BM&F Bovespa (“FRAS3”), tem por objeto principal a fabricação, a comercialização e a importação de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, materiais de fricção, produtos à base de resina, autopeças, artefatos de plásticos e seus derivados, bem como a prestação de assistência técnica, podendo participar no capital de outras sociedades. A Companhia, com sede na Rodovia RS 122, Km 66,1, nº10.945 - Caxias do Sul - RS, possui também operações através de empresas controladas sediadas no Brasil, Argentina, Estados Unidos, Chile, México, China, Alemanha, África do Sul e Emirados Árabes Unidos.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram autorizadas em reunião de diretoria realizada em 15 de março de 2017.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de consolidação

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a possibilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

b. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresentadas abaixo:

	Objeto Social	País-sede	31/12/2016 %	31/12/2015 %
Fras-le Argentina S.A. (a)	Representação e comércio de autopeças	Argentina	94,00	94,00
Fras-le North America, Inc. (a)	Fabricação e comércio de autopeças.	Estados Unidos da América	100,00	100,00
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda. (a)	Representação e comércio de autopeças	Chile	99,00	99,00
Fras-le México S de RL de CV (a)	Representação e comércio de autopeças	México	99,66	99,66
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd (a)	Fabricação e comércio de autopeças	China	100,00	100,00
Fras-le Europe (a)	Representação e comércio de autopeças	Alemanha	100,00	100,00
Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited (a)	Representação e comércio de autopeças.	África do Sul	100,00	100,00
Fras-Le Middle East (a)	Representação e comércio de autopeças.	Emirados Árabes Unidos	100,00	100,00
Freios Controil Ltda (b)	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores.	Brasil	99,99	99,99

(a) Empresas controladas no exterior.

(b) Empresa controlada no país.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados por seu valor justo.

3 Principais políticas contábeis

3.1 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

a. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

b. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviço de manutenção e assessoria é reconhecida com base no serviço prestado.

c. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.2 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as informações financeiras são convertidas para o Real na data do fechamento.

A moeda funcional de cada empresa está relacionada abaixo:

Controladas	Moeda funcional
Fras-le Argentina S.A.	Peso Argentino
Fras-le North America, Inc.	Dólar Americano
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda.	Peso Chileno
Fras-le México S de RL de CV	Peso Mexicano
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd	Iuan
Fras-le Europe	Euro
Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited	Rande
Fras-Le Middle East	Dhiram
Freios Controil Ltda	Real

a. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

b. Transações e saldos com controladas

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais do período. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente em outros resultados abrangentes e acumulados em ajustes de avaliação patrimonial.

3.3 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, quando a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual

substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

a.1 Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentados pela Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Caixa e equivalentes de caixa são classificados nessa categoria.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da contraprestação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

a.2 Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis compreendem contas a receber de clientes e outros recebíveis.

b. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos

de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, títulos de dívida emitidos, saldos bancários a descoberto, fornecedores e outras contas a pagar.

Saldo bancários a descoberto que tenham que ser pagos quando exigidos e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente do caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação do balanço patrimonial e da demonstração dos fluxos de caixa.

c. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

A Companhia e suas controladas mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atingidos.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

c.1 Hedge de Fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto do *hedge* afeta o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

3.4 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

a. Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;

- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência / recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

b. *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

c. *Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial*

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

d. *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data do balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.5 Aplicação financeira de liquidez não imediata

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*.

3.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de sua conclusão e despesas para vender.

3.8 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (R2)/ IAS28, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Outros investimentos, que não se enquadrem na categoria acima, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.9 Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;

- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

c. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Vida útil média	% ano	Vida útil média	% ano
Edificações	49 anos	2,0	43 anos	2,3
Máquinas e equipamentos	15 anos	6,7	14 anos	7,1
Moldes	8 anos	12,5	9 anos	11,1
Veículos	10 anos	10,0	8 anos	12,5
Móveis e utensílios	13 anos	7,7	13 anos	7,7
Equipamentos de informática	4 anos	25,0	6 anos	16,7
Direito uso substância	-	-	24 anos	4,2

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

3.10 Ativos intangíveis

a. Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável até 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Os custos também incluem os custos de financiamento relacionados com a aquisição do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 8 anos.

b. Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Para as transações a prazo a Companhia e suas controladas utilizam a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo.

O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contrapartida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e custos, e sua realização tem como contrapartida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2016, não foram identificadas outras transações que fossem consideradas relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3.12 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, conforme lei nº 9.249/95.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a. Imposto corrente

Imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

b. Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

3.13 Benefícios de pensão e pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos.

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (a) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço;
- (b) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (c) Os custos do serviço passado decorrentes de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção;
- (d) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício;
- (e) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

3.14 Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida, (Nota explicativa 12). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

3.15 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações, básico e diluído, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (R1) (IAS 33).

3.16 Ações em tesouraria

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

3.17 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente lucro, conforme destinação dada pela Administração da Companhia.

3.18 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.19 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas informações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. *Julgamentos*

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras individuais e consolidadas está incluída na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 16** - Provisão para litígios

b. *Incertezas sobre premissas e estimativas*

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 26** - Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
- **Nota explicativa 12** – Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

c. *Impostos*

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal. Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota explicativa 21.

d. *Benefícios de aposentadoria*

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível à mudanças nessas premissas. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de

salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota explicativa 12.

e. *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, por exemplo risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

f. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

g. *Impairment de ativos não financeiros*

A Companhia utiliza regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) gerados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor residual de um ativo for superior ao seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livros destes ativos.

Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo depreciado do ativo, determinado ao se considerar que a perda por recuperabilidade não tivesse sido registrada.

5 Normas, alterações e interpretações de normas

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pela CVM e o CFC.

- *IFRS 9*, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009, o *IFRS 9* introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda um novo modelo de perdas em crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, sendo necessário passar a avaliar quais são os riscos de mercado que a Companhia está sujeita. O *IFRS 9* traz maior flexibilidade em relação às exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração usa para fins de gestão do risco. A Administração está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 sem a exigência de reapresentação dos saldos de anos anteriores e as diferenças nos valores contábeis serão reconhecidos em 1º de janeiro de 2018 e absorvidos no lucros acumulados e reservas.

IFRS 15, "Receitas de contratos com clientes", emitido em maio de 2014. Esta norma tem como objetivo estabelecer os princípios que uma Companhia deve aplicar para divulgar informações correspondentes à natureza, quantidade, tempo e estimativas da receita e fluxos de caixas decorrentes de um contrato com cliente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. Nossa avaliação preliminar referente aos impactos sobre a mensuração e época para o reconhecimento de receita de contratos com nossos clientes não indica mudanças significativas. Ainda estamos avaliando outros aspectos da aplicação da norma para concluir nossas análises. Caso, prospectivamente sejam identificados impactos, deveremos trata-los na fase de transição ao longo do ano de 2017.

IFRS 16, "Arrendamento", emitido em janeiro de 2016. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, sem a exigência de reapresentação dos saldos de anos anteriores. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma e entende que poderá gerar efeito sobre as divulgações da Companhia. Devido ao fato de, no momento inicial de adoção, termos um incremento no saldo do ativo não circulante referente ao direito de uso dos ativos e um incremento no saldo de passivo de arrendamento mercantil. O incremento inicial no passivo, como consequência, gerará um incremento na dívida líquida da Companhia. Com relação a análise do resultado, teremos um impacto positivo no valor do EBTIDA da Companhia, visto que o valor de despesas referente aos arrendamentos operacionais darão lugar as despesas de juros dos arrendamentos mercantis registrados no passivo e as despesas de amortização com relação ao direito de uso dos contratos firmados.

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	129	482	25.706	24.320
Numerários em trânsito (a)	8.990	17.613	9.608	18.356
Aplicações financeiras (b)	209.410	101.561	220.930	119.219
	218.529	119.656	256.244	161.895

- (a) Os numerários em trânsito referem-se a recebimentos de exportações mantidos em instituição financeira no exterior, pendentes de fechamento de contratos de câmbio na data de encerramento das informações financeiras.
- (b) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São representadas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e fundos de renda fixa, remuneradas à taxas que variam entre 90% e 101% (75% a 104% em 31 de dezembro de 2015) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A exposição do grupo a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota explicativa 26.

7 Aplicações financeiras de liquidez não imediata

Referem-se à aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) mantidas em bancos de primeira linha, conforme demonstrado abaixo:

Aplicação	Remuneração média em 31/12/2016	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CDB	99% a 102% do CDI	274.181	55.008	274.181	55.008

8 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
No País	6.657	7.352	10.314	11.352
De terceiros	4.044	4.631	7.234	8.181
Partes relacionadas	450	566	450	593
Vendor	2.163	2.155	2.630	2.578
No exterior	162.609	175.018	54.485	77.110
De terceiros	3.832	44.028	54.485	77.110
Partes relacionadas	158.777	130.990	-	-
	169.266	182.370	64.799	88.462
Menos:				
Ajuste a valor presente	(1.070)	(1.362)	(1.126)	(1.402)
Provisão para devedores duvidosos	(874)	(7.322)	(2.224)	(11.553)
	167.322	173.686	61.449	75.507

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os prazos médios de recebimento para o mercado interno são de 09 e 10 dias, respectivamente, para o mercado externo oriundo de controladas 386 e 375 dias, respectivamente, e para mercado externo oriundo de terceiros 57 e 70 dias, respectivamente.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	(7.322)	(2.065)	(11.553)	(2.106)
Adições	(3.111)	(6.181)	(3.840)	(10.459)
Baixas/realizações	<u>9.559</u>	<u>924</u>	<u>13.169</u>	<u>1.012</u>
Saldo no final do exercício	<u>(874)</u>	<u>(7.322)</u>	<u>(2.224)</u>	<u>(11.553)</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a análise dos saldos de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	44.557	97.946	44.338	56.220
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	15.164	21.672	14.403	16.247
De 31 a 60 dias	12.043	13.977	3.544	6.815
De 61 a 90 dias	12.530	5.605	1.217	4.144
De 91 a 180 dias	28.163	17.578	649	2.913
Acima de 181 dias	<u>56.809</u>	<u>25.592</u>	<u>648</u>	<u>2.123</u>
Total	<u>169.266</u>	<u>182.370</u>	<u>64.799</u>	<u>88.462</u>

A Companhia não requer garantias sobre as vendas a prazo. Nos saldos da controladora, o contas a receber vencido acima de 61 dias são representadas principalmente por venda de produtos para controladas (veja Nota explicativa 11), para os quais não há provisão para devedores duvidosos.

A exposição do grupo a risco de crédito e moeda relacionados a contas a receber de clientes são divulgados na Nota explicativa 26.

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Produtos acabados	44.642	53.343	105.867	121.891
Produtos em elaboração	7.915	7.629	13.149	14.068
Matérias-primas	24.788	25.181	38.848	40.610
Materiais auxiliares e de manutenção	2.932	2.310	7.332	7.180
Adiantamentos a fornecedores	538	3.284	3.948	4.289
Importações em andamento	10.676	7.276	10.676	7.276
Provisão para perdas com estoques	<u>(4.549)</u>	<u>(4.094)</u>	<u>(7.659)</u>	<u>(8.034)</u>
	<u>86.942</u>	<u>94.929</u>	<u>172.161</u>	<u>187.280</u>

A movimentação da provisão para perdas com estoques está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	(4.094)	(4.758)	(8.034)	(6.519)
Adições	(2.207)	(1.139)	(2.669)	(4.422)
Baixas / realizações	1.752	1.803	3.044	2.907
Saldo no final do exercício	(4.549)	(4.094)	(7.659)	(8.034)

10 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ICMS (a)	4.765	4.242	4.866	4.418
IPI (b)	102	93	122	113
IR e CS (c)	2.829	3.328	3.212	3.435
COFINS (d)	2.972	3.710	2.974	3.710
PIS (d)	629	788	630	789
IVA (e)	-	-	9.596	4.631
Reintegra (f)	826	2.145	941	2.263
Outros	3.171	2.199	5.673	4.615
Total	15.294	16.505	28.014	23.974
Circulante	10.682	10.666	18.647	16.732
Não circulante	4.612	5.839	9.367	7.242
Total	15.294	16.505	28.014	23.974

a. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais da Companhia.

b. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O saldo compõe-se substancialmente de valores originados das operações mercantis, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

c. Imposto de Renda e Contribuição Social (IR e CS)

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

d. Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS e COFINS)

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação.

e. Imposto sobre valor adicionado (IVA)

O saldo é composto por créditos de imposto sobre valor adicionado a recuperar da controlada Fras-le Argentina. Os referidos créditos não prescrevem e a Companhia espera que sua recuperação ocorra dentro dos próximos 18 meses.

f. Reintegra

O saldo de Reintegra refere-se a um regime tributário no qual a Companhia toma crédito de tributos federais em casos de exportação de bens manufaturados existentes em sua cadeia de produção. A compensação de tais créditos ocorre quando do pagamento de qualquer outro tributo federal.

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e suas controladas, as quais não foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

	Ativo		Passivo	
	Contas a receber por vendas	Dividendos a receber	Contas a pagar	Mútuos a pagar
Jost Brasil Sistemas Automotivos (d)				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	13	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-
Randon S.A. Implementos e Participações (b)				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	315	-	27	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	318	-	212	-
Master Sistemas Automotivos Ltda (d)				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4	-	1	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	104	-	198	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda (d)				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	103	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	143	-	-	-
Freios Controil Ltda (e)				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15	-	-	210
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1	-	-	683
Fras-le Argentina S.A. (c)				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	23.969	513	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	16.146	840	-	-
Fras-le North America, Inc. (c)				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	133.738	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	113.134	-	-	-
Fras-le Friction Material Pinghu co Ltd (c)				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	95	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	107	-	486	-
Fras-le Europe (c)				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	975	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.603	-	-	-
Outras partes relacionadas (a)				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	103

Fras-le S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

	Ativo		Passivo	
	Contas a receber por vendas	Dividendos a receber	Contas a pagar	Mútuos a pagar
Jost Brasil Sistemas Automotivos (d)				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	13	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	159.227	513	28	211
Saldo em 31 de dezembro de 2015	131.556	840	896	786

	Transações				Prazo médio	
	Venda de produtos e serviços	Compra de produtos e serviços	Outras Receitas	Outras Despesas	Recebimentos	Pagamentos
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (d)						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	531	30	709	60	13	28
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	22	618	-	-	-
Randon S.A. Implementos e Participações (b)						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	7.323	6.027	6.116	15.358	9	35
Saldo em 31 de dezembro de 2015	17.214	5.428	3.601	10.443	3	14
Master Sistemas Automotivos Ltda (d)						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	13.876	485	2.429	178	9	25
Saldo em 31 de dezembro de 2015	14.931	847	1.261	-	10	62
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda (d)						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.523	10	259	10	22	8
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.357	-	-	44	66	-
Freios Controil Ltda (e)						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	210	-	-	-	31	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	60	-	-	-	53	-
Randon Consórcios Ltda (d)						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	3	-	-	-
Banco Randon S.A. (d)						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	7.049	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	7.525	-	-
Fras-le Argentina S.A. (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	43.221	-	-	-	211	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	45.781	-	-	-	86	-
Fras-le North America, Inc (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	89.146	-	-	1.184	337	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	99.600	20	-	1.464	442	-
Fras-le Mexico S de RL de CV (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	795	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	924	-	-
Fras-le Friction Material Pinghu co Ltd (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	266	3.067	-	-	111	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	183	9.770	-	-	156	-
Fras-le Europe (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.554	-	-	-	102	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.535	-	-	478	187	-
Fras-le Africa Aut (Pty) Limited (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	729	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	783	-	-

	Ativo		Passivo	
	Contas a receber por vendas	Dividendos a receber	Contas a pagar	Mútuos a pagar
Jost Brasil Sistemas Automotivos (d)				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	13	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-
Fras-le Andina (c)				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	235
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	254
Fras-le Middle East (c)				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	266
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	202	822
Outras Partes Relacionadas (a)				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	47
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	122
	159.650	9.619	9.560	3.574
Saldo em 31 de dezembro de 2015	181.661	16.087	5.483	22.737

- (a) Saldos de mútuos a pagar mantidos com diretores, membros do Conselho de Administração entre outras partes relacionadas.
- (b) Controladora direta da Companhia. A controladora final da Companhia é a Dramd Participações e Administração Ltda.
- (c) Sociedades controladas no exterior.
- (d) Empresas coligadas no Brasil.
- (e) Empresas controladas no Brasil.

As transações de vendas com partes relacionadas referem-se à vendas de mercadorias para abastecimento dos mercados nos quais estão sediadas, e vendas de insumos utilizados na produção. As operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos utilizados no processo produtivo da Companhia.

Os saldos de conta-corrente, relativos aos contratos de mútuo entre controladora, controladas e outras partes relacionadas, possuem prazo de vencimento indeterminado e são atualizados *pro rata tempore* pela taxa DI-Extra, editada pela Andima.

Os saldos em aberto no exercício findo não possuem garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia e suas controladas

A Companhia definiu como pessoal-chave da Administração: o Conselho de Administração, a diretoria estatutária e o Conselho Fiscal. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração estão representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Benefícios de curto prazo (salários, ordenados, participações nos lucros e despesas com assistência médica)	4.606	4.450	4.606	5.068
Benefícios pós-emprego - contribuições para Randonprev	226	213	226	213
Total	4.832	4.663	4.832	5.281

A Companhia não pagou às pessoas-chave da administração remuneração em outras categorias de i) benefícios de longo prazo, ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e iii) remuneração baseada em ações.

12 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia é patrocinadora da RANDONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2016 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do exercício foi determinada, com base nos cálculos do atuário independente, utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

A Companhia oferece plano de benefício definido que substancialmente cobre todos os seus empregados, sendo que as contribuições são feitas em fundos separados dos fundos próprios da Companhia.

As tabelas a seguir apresentam um resumo dos componentes da despesa de benefício líquido reconhecida na demonstração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	Controladora / Consolidado	
	2016	2015
Despesa líquida com benefício (reconhecida no custo de vendas)		
Custo de serviço corrente	211	199
Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios	365	301
Receita de juros sobre ativos do plano	(543)	(493)
Juros sobre o superávit irrecuperável	161	176
Custo de benefício definido no resultado	195	183
Rendimento real dos ativos do plano	503	(93)

Ativo (passivo) de benefícios

	Controladora / Consolidado	
	2016	2015
Obrigação com benefícios definidos	(2.704)	(2.934)
Valor justo dos ativos do plano	4.892	4.199
Ajuste devido	(2.188)	(1.265)
Ativo de benefícios	-	-

As movimentações no valor presente de obrigação com benefício definido são as seguintes:

	Controladora / Consolidado
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2014	(2.642)
Custo de juros	(301)
Custo do serviço corrente	(199)
Benefícios pagos	58
Ganhos atuariais sobre obrigações	150
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2015	(2.934)
Custo de juros	(365)
Custo do serviço corrente	(211)
Benefícios pagos	60
Ganhos atuariais sobre obrigações	746
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2016	(2.704)

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Controladora / Consolidado
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2014	4.153
Retorno sobre o investimento	(93)
Contribuição do empregador	206
Benefícios pagos	(58)
Valores transferidos	(9)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015	4.199
Retorno sobre o investimento	503
Contribuição do empregador	250
Benefícios pagos	(60)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2016	4.892

A Companhia espera contribuir com R\$ 1.906 aos seus planos de previdência com benefício definido em 2017. As principais categorias dos ativos do plano com uma porcentagem do valor justo dos ativos totais do plano são as seguintes:

	Controladora / Consolidado	
	2016	2015
Ações	903	1.002
Títulos	3.989	3.197
	4.892	4.199

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao exercício ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo.

	2016	2015
Taxa de desconto	11,80%	12,75%
Taxa de crescimento salarial	7,03%	7,49%
Taxa de crescimento de benefícios	4,85%	5,0%
Expectativa de vida (em anos) em planos de previdência privada para participantes assistidos com 60 anos:		
Homens	24,59	24,59
Mulheres	27,42	27,42

As expectativas estimadas de benefício definido para o próximo exercício são as seguintes:

	Controladora / Consolidado
Contribuições esperadas para o próximo exercício	
Empresa	264
	264
Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido	
Pagamentos de benefícios esperados no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017	330
Pagamentos de benefícios esperados nos exercícios a findar-se em 31 de dezembro de 2018 a 31 de dezembro de 2026	3.331
	3.661
Análise da obrigação de benefício definido por categoria do participante	
Participantes ativos	2.074
Benefício proporcional diferido	630
	2.704
Informações Patrimoniais	
Percentual de alocação total em 31 de dezembro de 2016	18%
Renda variável	81%
Renda fixa	1%
	100%
Resultado do exercício	
Custo de serviço corrente	142
Juros líquido sobre passivo/(ativo) líquido	(15)
	127

O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade do valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2016:

Patrocinadora	Valor Presente da Obrigação (VPO) 2016	1% Aumento - Efeito no VPO	1% Redução - Efeito no VPO
Fras-le S.A.	2.704	(183)	211

Conforme item 145 do CPC33 (R1) e de acordo com os resultados do estudo, foi calculado o efeito no valor do VPO considerando um ponto percentual a maior e a menor na taxa de desconto, representando a avaliação de sensibilidade da taxa de desconto. O aumento de 1% representa uma taxa de desconto de 12,18%, e uma redução de 1% representa uma taxa de desconto de 10,18%. A avaliação da sensibilidade individualizada por controladas foi realizada tendo como parâmetro a quantidade de colaboradores por empresa.

13 Investimentos

Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Participação em empresas controladas	93.422	121.038	-	-
Outros investimentos	-	80	464	761
Lucro não realizado nos estoques	(12.876)	(25.085)	-	-
	80.546	96.033	464	761
Classificado no ativo não circulante - Investimento	96.606	104.253	464	761
Classificado no passivo não circulante - Provisão para perda com investimento	(16.060)	(8.220)	-	-
Total dos investimentos líquidos	80.546	96.033	464	761

Movimentação dos saldos

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldos no início do exercício	96.033	102.541	761	796
Varição cambial das investidas	(17.566)	15.091	(297)	(35)
Equivalência patrimonial	(1.722)	(3.575)	-	-
Lucro não realizado nos estoques da controladora	12.209	(18.024)	-	-
Distribuição de dividendos	(8.328)	-	-	-
Outros investimentos	(80)	-	-	-
Saldos no final do exercício	80.546	96.033	464	761

Movimentação dos saldos

	Fras-le North América	Fras-le Argentina	Fras-le Andina	Fras-le México	Fras-le Friction	Fras-le Europe	Fras-le Africa	Freios Controil	Fras-le Middle	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(8.220)	17.301	286	584	52.000	6.653	580	51.342	512	121.038
- Equivalência patrimonial	(9.595)	3.046	53	287	3.512	596	122	390	(133)	(1.722)
- Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(8.328)	-	-	-	-	(8.328)
- Ajustes acumulados de conversão	1.755	(6.027)	(39)	(348)	(11.451)	(1.347)	(34)	-	(75)	(17.566)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(16.060)	14.320	300	523	35.733	5.902	668	51.732	304	93.422

Informações das investidas

	Fras-le North América	Fras-le Argentina	Fras-le Andina	Fras-le México	Fras-le Friction	Fras-le Europe	Fras-le Africa	Freios Controil	Fras-le Middle	31/12/2016	31/12/2015
Capital social	21.793	6.622	24	2	25.120	2.133	55	55.00	64		-
Ações (em lote de mil)											
- Ordinárias	1	13.352	-	-	-	-	-	-	-		-
- Quotas	-	-	1	1	1	1	1	54.988	1		-
Participação no capital social, no final do exercício- %	100	94	99	99,66	100	100	100	99,99	100		-
Ativos	133.974	52.679	334	521	41.251	11.052	668	68.829	312		-
Passivos	150.034	37.445	31	11	5.518	5.150	-	17.095	8		-
Patrimônio líquido ajustado	(16.060)	15.234	303	510	35.733	5.902	668	51.734	304		-
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	(9.596)	3.241	42	287	3.511	595	122	390	(133)		-
Ajustes acumulados de conversão	1.755	(6.027)	(39)	(348)	(11.451)	(1.347)	(34)	-	(75)	(17.566)	15.091
Resultado da equivalência patrimonial	<u>(9.595)</u>	<u>3.046</u>	<u>53</u>	<u>287</u>	<u>3.512</u>	<u>596</u>	<u>12</u>	<u>390</u>	<u>(133)</u>	(1.722)	(3.575)
Valor do investimento líquido	(16.060)	14.320	300	523	35.733	5.902	668	51.732	304	93.422	121.038

14 Imobilizado

Controladora

Custo do imobilizado bruto	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Adiantamento	Total
							a fornecedor e importações em andamento	
Saldo em 01 de janeiro de 2015	141.779	393.944	10.036	7.658	1.535	23.388	286	578.626
Aquisições	322	11.250	9	250	5	13.601	1.779	27.216
Baixas	-	(8.573)	(21)	(309)	(109)	-	-	(9.012)
Transferências	909	18.135	136	34	-	(19.356)	-	(142)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	143.010	414.756	10.160	7.633	1.431	17.633	2.065	596.688
Aquisições	-	3.061	22	117	71	5.221	-	8.492
Baixas	-	(4.580)	(7)	(55)	-	(96)	-	(4.738)
Transferências	578	18.650	31	34	-	(17.250)	(2.062)	(19)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	143.588	431.887	10.206	7.729	1.502	5.508	3	600.423
Depreciação e perda ao valor recuperável								
Saldo em 01 de janeiro de 2015	(37.415)	(238.876)	(7.428)	(6.739)	(975)	-	-	(291.433)
Depreciação	(3.722)	(19.849)	(383)	(313)	(76)	-	-	(24.343)
Baixas	-	1.790	21	307	15	-	-	2.133
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(41.137)	(256.935)	(7.790)	(6.745)	(1.036)	-	-	(313.643)
Depreciação	(3.730)	(20.388)	(350)	(296)	(70)	-	-	(24.834)
Baixas	-	4.119	6	50	-	-	-	4.175
Transferências	(2)	2	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(44.869)	(273.202)	(8.134)	(6.991)	(1.106)	-	-	(334.302)
Valor líquido								
Saldo em 01 de janeiro de 2015	104.364	155.068	2.608	919	560	23.388	286	287.193
Saldo em 31 de dezembro de 2015	101.873	157.821	2.370	888	395	17.633	2.065	283.045
Saldo em 31 de dezembro de 2016	98.719	158.685	2.072	738	396	5.508	3	266.121

Consolidado

Custo do imobilizado bruto	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor e importações em andamento	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2015	149.113	564.803	11.646	9.623	1.869	25.350	287	762.701
Aquisições	553	17.788	90	474	344	17.797	1.778	38.824
Baixas	-	(4.544)	(23)	(358)	(263)	(763)	-	(5.951)
Transferências	910	12.491	137	50	-	(13.730)	-	(142)
Variação cambial	3.002	27.944	277	461	54	124	-	31.862
Saldo em 31 de dezembro de 2015	153.578	618.482	12.127	10.250	2.004	28.788	2.065	827.294
Aquisições	-	3.332	38	137	70	6.574	-	10.151
Baixas	-	(10.290)	(11)	(70)	(97)	(260)	-	(10.728)
Transferências	779	18.758	34	80	-	(17.608)	(2.062)	(19)
Variação cambial	(1.972)	(17.066)	(242)	(329)	(116)	(1.655)	-	(21.380)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	152.385	613.216	11.946	10.068	1.861	15.839	3	805.318
Depreciação e perda do valor recuperável								
Saldo em 01 de janeiro de 2015	(39.528)	(328.125)	(8.614)	(8.267)	(1.228)	-	-	(385.762)
Aquisições	(4.740)	(32.078)	(544)	(566)	(172)	-	-	(38.100)
Baixas	-	3.839	22	355	17	-	-	4.233
Variação cambial	(792)	(7.475)	(140)	(310)	(34)	-	-	(8.751)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(45.060)	(363.839)	(9.276)	(8.788)	(1.417)	-	-	(428.380)
Depreciação	(4.509)	(31.247)	(454)	(490)	(107)	-	-	(36.820)
Baixas	-	9.788	11	65	37	-	-	9.914
Transferência	(2)	2	36	(36)	-	-	-	-
Perdas por redução ao valor recuperável	(3.700)	(6.941)	-	-	-	(1.309)	-	(11.950)
Variação cambial	786	5.947	176	236	74	-	-	7.219
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(52.485)	(386.290)	(9.507)	(9.013)	(1.413)	(1.309)	-	(460.017)
Valor líquido								
Saldo em 01 de janeiro de 2015	109.585	236.678	3.032	1.356	641	25.360	287	376.939
Saldo em 31 de dezembro de 2015	108.518	254.643	2.851	1.462	587	28.788	2.065	398.914
Saldo em 31 de dezembro de 2016	99.900	226.926	2.439	1.055	448	14.530	3	345.301

Em 31 de dezembro de 2016, ao realizar os testes de redução ao valor recuperável dos ativos, a Companhia identificou que a unidade geradora de caixa de Blocos, localizada na controlada Fras-le North-America Inc., não apresenta viabilidade econômica no momento, e a Administração não possui expectativa de recuperar, em sua integralidade, os montantes investidos no projeto. O cenário de desvalorização do Real – R\$ frente ao Dólar – US\$ tiveram impacto favorável no aumento da produção de blocos no Brasil em relação à produção que seria realizada nos Estados Unidos da América, sendo esse o principal motivo para o reconhecimento de *impairment* parcial nessa unidade. Desdobramentos da nova política de câmbio promovida pelo atual governo dos EUA sinalizam favorecimento à produção naquele país e novas análises sobre o tema serão feitas ao longo do próximo exercício.

Com exceção do exposto acima, a Companhia não identificou a existência de indicadores onde outros ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.

Imobilizado em andamento

As imobilizações em andamento consolidadas estão representadas substancialmente por projetos de expansão e otimização das unidades industriais, conforme relacionado abaixo, e espera-se que esses projetos sejam concluídos ao longo de 2017.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fabricação de ferramentais	59	167	1.204	897
Fabricação e instalação de máquinas e equipamentos	5.041	16.982	12.918	26.565
Construções e benfeitorias em imóveis	408	484	408	1.327
	5.508	17.633	14.530	28.789

Custos de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 502 (R\$ 926 em 31 de dezembro de 2015). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi de 0,16% ao mês (0,15% ao mês em 31 de dezembro de 2015), que representa a taxa efetiva dos empréstimos específicos.

15 Intangível

Custo	Software e licenças	
	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2015	29.580	34.239
Aquisições	290	715
Baixas	(2)	(41)
Transferência	142	142
Variação cambial	-	454
Saldo em 31 de dezembro de 2015	30.010	35.509
Aquisições	-	270
Baixas	-	(2)
Transferência	19	19
Variação cambial	-	(306)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	30.029	35.490
Amortização e perda do valor recuperável		
Saldo em 01 de janeiro de 2015	(14.151)	(17.782)
Amortização	(3.113)	(3.485)
Baixas	1	1
Variação cambial	-	(217)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(17.263)	(21.483)
Amortização	(2.772)	(3.209)
Variação cambial	-	140
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(20.035)	(24.552)
Valor residual líquido		
Saldo em 01 de janeiro de 2015	15.429	16.457
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.747	14.026
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.994	10.938

Os ativos intangíveis referem-se a direitos sobre *softwares* e licenças adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada em oito anos.

16 Provisão para litígios

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis.

A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que a perda é considerada provável.

Passivo contingente

O quadro a seguir demonstra, nas datas-base de 31 de dezembro de 2016 e 2015, os valores estimados do risco contingente (perda) atualizados, conforme opinião de seus assessores jurídicos:

Controladora

Passivo	31/12/2016			31/12/2015			Depósito judicial	
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	31/12/2016	31/12/2015
Contingente								
a) cível	-	682	58	-	161	-	-	-
b) tributário	-	28.762	20.371	-	21.319	12.710	4.668	5.146
c) trabalhista	5.271	18.259	591	3.899	12.711	7	3.282	1.093
d) previdenciário	735	-	-	679	-	1.603	60	219
Total	6.006	47.703	21.020	4.578	34.191	14.320	8.010	6.458

Consolidado

Passivo	31/12/2016			31/12/2015			Depósito judicial	
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	31/12/2016	31/12/2015
Contingente								
a) cível	-	7.370	58	-	6.850	-	-	-
b) tributário	1.280	31.858	20.985	1.605	23.344	13.315	4.667	5.146
c) trabalhista	5.354	19.078	591	4.116	14.989	159	3.773	1.470
d) previdenciário	735	-	-	680	-	1.603	60	219
Total	7.369	58.306	21.634	6.401	45.183	15.077	8.500	6.835

- **Cível** - Trata-se, principalmente, de ações relacionadas a contratos de prestação de serviço e representação comercial, que tem por objeto a discussão quanto à obrigações contratuais.
- **Tributário** - Representado por autuações federais que se encontram em andamento, parte na esfera administrativa e parte na esfera judicial.

A Companhia responde por processos administrativos em andamento para os quais, quando há probabilidade de perda possível ou remota, não foram registradas provisões para contingências. Foram apresentadas defesas, alegando a improcedência de tais autuações. Os principais processos com riscos possível e remoto de perda são os seguintes:

- Imposto de Importação** - A Companhia foi autuada, sob a presunção de descumprimento da proporção - Bens de Capital Nacional x Bens de Capital - e consequente infração ao disposto no art. 2º, inciso II, da Lei nº 9.449/97, e art. 6º do Decreto nº 2.072/96. A Companhia apresentou impugnação suscitando inicialmente que a multa aplicada estaria prescrita. Ainda, foram apresentados erros de fato e de direito existentes no lançamento tributário e requerido o integral cancelamento do auto de infração. Em 06 de outubro de 2011, foi julgado o Recurso Voluntário apresentado pela Companhia, dando integral provimento para cancelar o auto de infração. Diante da decisão proferida, foi apresentado Recurso Especial pela Fazenda Nacional. O valor do processo é de R\$ 8.864.
- Imposto de Renda e Contribuição Social** - A Companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos à base negativa de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, declarado na DIPJ de 2005, ano-base de 2004 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos - retenção - realizados no exterior, a base negativa do IRPJ não estaria confirmada, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$ 102.
- Imposto de Renda e Contribuição Social** - A Companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos à base negativa de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social, declarado na DIPJ de 2003, ano-base de 2002 sob o fundamento de que não haveria

confirmação dos pagamentos - retenção - realizados no exterior, a base negativa do IRPJ não estaria confirmada, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$ 3.592.

- d. Imposto de Renda e Contribuição Social** - A Companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos ao saldo negativo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, declarado na DIPJ de 2005, ano-base de 2004 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos - retenção - realizados no exterior, o saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não estaria confirmado, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$ 281.
- e. ICMS** - A Companhia foi autuada em 2011 pela SEFAZ/RS (Auto de Lançamento nº 0024041297), com exigência de ICMS, multa e juros, em razão da glosa, pelo Fisco, do crédito presumido do ICMS sobre os custos do transporte das aquisições de aço. Atualmente, aguarda-se julgamento de recurso interposto perante o Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (R\$ 2.065). Encerrado o processo administrativo com perda, a Companhia ajuizou ação anulatória de débito em 14 de novembro de 2014. Em 17 de novembro de 2014 foi proferida decisão indeferindo a petição inicial e, diante disso, em 17 de dezembro de 2014 foi interposto recurso de apelação pela Companhia. O valor do processo é de R\$ 2.065.
- f. Contribuição ao PIS, COFINS e IPI** – A Companhia está sendo executada pela União Federal para cobrança de suposto débito decorrente de Processos Administrativos relativos a Contribuição ao PIS, COFINS e IPI. A companhia opôs embargos a execução. O valor do processo é R\$ 11.965.
- g. Pedido de compensação não homologado** – A Companhia apresentou Manifestação de Inconformidade contra Despacho Decisório que não homologou compensações declaradas em PER/DCOMP, sob o fundamento de que o pagamento efetuado através do DARF apontado no PER/DECOMP, já foi integralmente utilizado para quitação de outros débitos informados em PERD/COMP. Valor do processo é R\$ 965.
- h. Saldo Negativo de CSLL** - A Companhia apresentou Manifestação de Inconformidade contra Despacho Decisório, visando à restituição de saldo negativo de CSLL do ano-base 2006, uma vez que a Receita Federal do Brasil não aceitou compensar crédito de PIS com CSLL. Valor do Processo é R\$ 1.163
- i. Contribuição social referente à participação nos resultados dos gerentes e coordenadores** - Trata-se de Ação Anulatória com Pedido de Antecipação de Tutela objetivando a desconstituição dos Autos de Infrações nºs 37.269.527-2 e 37.269.528-0, lavrados pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia em razão de suposta inobservância aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, quando da participação dos lucros e resultados aos seus gerentes e coordenadores. O valor do processo é de R\$ 6.402. A Fras-le aderiu, em outubro de 2015, ao PRORELIT (Programa de Redução de Litígios Tributários) de acordo com os artigos 1º a 6º da Medida Provisória nº 685/2015 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.037/2015, para quitação deste débito, utilizando 70% do saldo devedor com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL da coligada Freios Controil Ltda e 30% pagamento em espécie.
- Trabalhista** - Diversas reclamações trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a pleitos indenizatórios, horas extras e insalubridade.

- **Previdenciário** - Autuações do INSS que se encontram em julgamento no TRF.

Ativo contingente

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui ativos contingentes representados basicamente por ações federais que se encontram em julgamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF). A Companhia não registra contabilmente ganhos contingentes, pois somente os contabiliza após o trânsito em julgado das ações ou pelo efetivo ingresso dos recursos.

O demonstrativo, na data-base de 31 de dezembro de 2016, contendo informações sobre contingências ativas (ganho), conforme opinião de seus assessores jurídicos, está abaixo detalhado:

Controladora

Ativo Contingente	31/12/2016			31/12/2015		
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
(a) Cível	55	500	-	52	467	-
(b)Tributário	24.163	12.565	30	22.558	11.731	30
Total	24.218	13.065	30	22.610	12.198	30

Consolidado

Ativo Contingente	31/12/2016			31/12/2015		
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
(a) Cível	55	500	-	52	467	-
(b)Tributário	24.413	12.565	30	22.697	11.750	30
Total	24.468	13.065	30	22.749	12.217	30

- (a) Cível - trata-se de ações de recuperação de créditos (cobrança), os quais já tem provisão para perdas contábeis, contudo os processos continuam tramitando em juízo e caso a Companhia tenha sucesso terá sua provisão revertida.
- (b) Tributário - representadas basicamente por ações federais que se encontram em julgamento no STJ e no STF.

Movimentação da provisão para litígios

A movimentação dos processos é como segue:

Controladora

	Saldo em 31/12/2015	Adição	Realização/ Baixas	Saldo em 31/12/2016
Trabalhistas	3.899	2.015	(643)	5.271
Previdenciário	679	56	-	735
	4.578	2.071	(643)	6.006

Consolidado

	Saldo em 31/12/2015	Adição	Realização/ Baixas	Saldo em 31/12/2016
Trabalhistas	4.116	2.243	(1.005)	5.354
Tributárias	1.605	991	(1.316)	1.280
Previdenciário	680	1.006	(951)	735
	<u>6.401</u>	<u>4.240</u>	<u>(3.272)</u>	<u>7.369</u>

17 Empréstimos e financiamentos

	Indexador	Juros	Vencimento final do contrato	Controladora		Consolidado	
				31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários - FINEP	TJLP	4% a 5% a.a.	02/2020	3.793	3.800	3.793	3.800
BNDES	TJLP	1,97% a 3% a.a.	11/2019	7.753	18.685	7.753	18.685
EXIM	TJLP	5,5% a.a.	04/2016	-	50.576	-	50.576
Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	05/2027	2.950	2.720	2.950	2.720
Empréstimo Capital de Giro	TJLP	9,94% a.a.	08/2018	-	-	1.425	2.674
Vendor	Selic	3% a.a.	01/2017	2.163	2.155	2.630	2.578
Leasing Banco IBM	CDI	-	09/2017	335	335	335	335
Moeda estrangeira:							
Empréstimos bancários	Libor	4% a.a.	08/2018	-	-	12.266	15.873
Empréstimos bancários	-	20,6% a.a.	04/2018	-	-	431	7.758
	5,6 +	-	-				
BNDES	Spread+	1,97% a.a.	01/2020	2.320	2.786	2.320	2.786
IFC financiamento	Libor+	3% a.a.	10/2017	4.377	5.268	4.377	5.268
Resolução 2770 NCE	Libor 6M	4,5% a.a.	03/2020	31.385	37.829	31.385	37.829
ACC	-	3,81% a 5,15% a.a.	09/2017	47.642	-	47.642	-
				<u>102.718</u>	<u>124.154</u>	<u>117.307</u>	<u>150.882</u>
Não Circulante							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários - FINEP	TJLP	4% a 5% a.a.	02/2020	8.172	11.943	8.172	11.943
BNDES	TJLP	1,97% a 3% a.a.	11/2019	14.715	22.101	14.715	22.101
Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	05/2027	22.508	28.414	22.508	28.414
Empréstimo Capital de Giro	TJLP	9,94% a.a.	08/2018	-	-	65	1.484
Leasing Banco IBM	CDI	-	09/2017	-	335	-	335
Moeda estrangeira:							
Empréstimos bancários	Libor	4% a.a.	08/2018	-	-	11.851	28.398
Empréstimos bancários	-	20,6% a.a.	04/2018	-	-	2.687	653
	5,6 +	-	-				
BNDES	Spread+	1,97% a.a.	01/2020	4.793	8.498	4.793	8.498
IFC financiamento	Libor+	3% a.a.	10/2017	-	5.206	-	5.206
Resolução 2770 NCE	Libor 6M	4,5% a.a.	03/2020	74.070	124.244	74.070	124.244
				<u>124.258</u>	<u>200.741</u>	<u>138.861</u>	<u>231.276</u>
Total de empréstimos sujeitos a juros				<u>226.976</u>	<u>324.895</u>	<u>256.168</u>	<u>382.158</u>

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais/fianças da Randon S.A. Implementos e Participações no valor de R\$ 176.837 (R\$ 271.495 em 31 de dezembro de 2015).

Os contratos de financiamentos perante o International Finance Corporation (IFC) e os contratos perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contêm cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros (liquidez corrente, endividamento a longo prazo e cobertura de dívida) não forem atingidos. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os índices financeiros estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia.

Fundopem/RS

Em dezembro de 2006, a Companhia assinou o Termo de Ajuste perante o Estado do Rio Grande do Sul, como adesão ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul).

A subvenção governamental/incentivo fiscal constitui-se em postergação de pagamento de parcela do débito de ICMS gerado mensalmente, com uma carência de 54 meses e prazo de pagamento em 96 meses, corrigido pelo IPCA/IBGE e taxa de juros em 3% a.a. A parcela do débito com pagamento postergado é apurada a partir de incremento de faturamento, aumento na geração de débito de ICMS e geração de empregos, conforme definido no Termo de Ajuste Fundopem - RS.

Para incremento de valor financiado, a Companhia e suas controladas observam todas as exigências para obtenção deste tipo de incentivo, a saber:

- Faturamento bruto incremental mensal;
- ICMS incremental mensal; e
- Número de empregos diretos incrementais.

Vendor

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2016, operações financeiras de *vendor* em aberto com seus clientes no montante de R\$ 2.163 na controladora e R\$ 2.630 no consolidado (R\$ 2.155 na controladora e R\$ 2.578 no consolidado em 31 de dezembro de 2015), nas quais participa como interveniente garantidora.

Nessas operações, a Companhia realiza a liquidação das operações em aberto caso o cliente devedor do contas a receber, vinculado à operação, não realize o pagamento perante a instituição financeira no prazo pactuado entres as partes.

Desde março de 2014, essas operações são realizadas pela coligada Banco Randon S.A., e este assume parte dos riscos relacionados à inadimplência e/ou pagamento após o prazo pelo cliente.

O montante reconhecido como passivo financeiro é contrapartida dos montantes antecipados pela instituição financeira à Companhia, cujo contas a receber de origem ainda não foi reconhecido, considerando a retenção de riscos pela Companhia relacionados à inadimplência e/ou ao pagamento após o prazo pelo cliente. O prazo médio de vencimento dessas operações é de 35 dias.

18 Capital social e reservas

Ações autorizadas	31/12/2016	31/12/2015
Ações ordinárias	600.000	300.000

Ações ordinárias emitidas e totalmente integralizadas	Em milhares	R\$
Em 31 de dezembro de 2015	124.973	300.000
Em 31 de dezembro de 2016	214.566	600.000

Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimento e capital de giro

Tem a finalidade de assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da Companhia, bem como o financiamento de empresas controladas. É formada com o saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo o valor que não poderá exceder, om a reserva legal, o valor do capital social.

Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são compostos como segue:

	Ajuste de avaliação patrimonial				
	Variação cambial de investimentos	Custo atribuído ao imobilizado	Hedge accounting	Avaliação atuarial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	23.205	(18.195)	(33.019)	(28)	(28.037)
Adições (baixas) no exercício	17.566	2.449	(17.326)	9	2.698
Saldos em 31 de dezembro de 2016	40.771	(15.746)	(50.345)	(19)	(25.339)

Hedge de fluxo de caixa

Contém a parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço. Também é contabilizada, como um componente em separado, a porção eficaz de ganhos ou perdas sobre instrumentos em *hedges* de fluxo de caixa de R\$ 17.326 (R\$ 25.233 em 2015) que representam os movimentos nos *hedges* de fluxo de caixa e a parte eficaz dos contratos, líquidos de impostos.

Reserva para conversão em moeda estrangeira

A reserva para conversão em moeda estrangeira é utilizada para contabilizar diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras de controladas estrangeiras, sendo também utilizada para contabilizar o efeito do *hedge* sobre investimentos líquidos em operações estrangeiras.

Ajuste de avaliação patrimonial

Constituída em decorrência de avaliação ao valor justo dos bens do ativo imobilizado de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Imposto de renda e contribuição social diferidos correspondentes ao custo atribuído ao imobilizado estão contabilizados no passivo não circulante.

A reserva para ajuste do custo atribuído do imobilizado é realizada conforme a depreciação dos bens avaliados registrados na controladora contra lucros acumulados, líquida dos efeitos tributários. O mesmo efeito está refletido no resultado do exercício, pela depreciação do valor do custo atribuído aos ativos avaliados.

Reserva para avaliação atuarial

Reserva originada do registro de ganhos atuariais sobre o plano de benefício a funcionários, conforme o Pronunciamento Técnico CPC33 (R1) - Benefício a Empregados.

19 Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos

Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei nº 6.404/76 com a redação dada pela Lei nº 10.303/2001.

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	64.281	52.153
Reserva Incentivo Fiscal Fundopem	(2.302)	-
Ajustes pelo impacto da adoção da Lei 11.638/2007	2.449	2.712
	<hr/>	<hr/>
Lucro líquido do exercício ajustado	64.428	54.865
Reserva legal (5%)	(3.222)	(2.743)
	<hr/>	<hr/>
Lucro base para distribuição	61.206	52.122
	<hr/>	<hr/>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	15.302	13.030
	<hr/>	<hr/>
Juros sobre capital próprio	16.000	13.649
Imposto de renda	(1.507)	(2.048)
Dividendos complementares (5%)	809	1.429
	<hr/>	<hr/>
Total dos dividendos mínimos propostos pela Administração	15.302	13.030
	<hr/>	<hr/>

Juros sobre o capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou e pagou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 16.000 (R\$ 13.649 em 31 de dezembro de 2015) os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 5.440 (R\$ 4.641 em 31 de dezembro de 2015) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre capital próprio creditados aos acionistas.

20 Resultado por Ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício	64.281	52.153
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	186.485	121.974
Lucro por ação - básico e diluído (em Reais)	0,34	0,43

Aumento de capital social na Companhia

Em 20 de abril de 2016, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, o efetivo aumento de capital social no montante total de R\$ 300.000, dentro do limite do capital autorizado previsto no estatuto social, mediante a emissão de 92.592.593 ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço por ação de R\$ 3,24, no âmbito da oferta pública de distribuição primária com esforços restritos de colocação.

Assinatura de acordo de acionista

Em 26 de abril de 2016, foi celebrado um acordo de acionistas com o fundo GIF V Pipe Fundo de Investimento em Participações disciplinando o exercício de direito de voto por parte dos controladores da Companhia e o fundo tendo o prazo de vigência de 10 anos, no contexto da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia.

21 Impostos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(15.075)	(23.620)	(18.772)	(30.568)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Relativos à constituição e reversão de diferenças temporárias e prejuízos fiscais	(9.825)	8.535	(3.032)	15.694
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	(24.900)	(15.085)	(21.804)	(14.874)
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Demonstração do resultado abrangente				
Imposto de renda e contribuição social diferidos relativos a itens debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido durante o exercício:				
Ajuste de Avaliação Atuarial - Randonprev	(4)	(296)	(4)	(296)
Ajuste de Avaliação Patrimonial - <i>Hedge Accounting</i>	-	(1.600)	-	(1.600)
	(4)	(1.896)	(4)	(1.896)

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro contábil antes dos impostos	89.182	67.239	86.280	67.337
À alíquota fiscal de 34%	30.322	22.861	29.335	22.895
Despesa incentivada	1.496	(4.011)	1.496	(4.011)
Resultado equivalência patrimonial	586	1.215	-	-
Juros sobre capital próprio	(5.440)	(4.641)	(5.440)	(4.641)
Instrumentos derivativos	(1.710)	(1.600)	(1.710)	(1.600)
Outras despesas não dedutíveis	(354)	1.261	(1.877)	2.231
	24.900	15.085	21.804	14.874
Alíquota efetiva	27,92%	22,43%	25,27%	22,09%

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos referem-se a:

Controladora

	Balanco patrimonial		Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para comissões e fretes	410	994	-	-	(584)	20
Provisão para devedores duvidosos	297	2.490	-	-	(2.193)	1.788
Provisão para contingências	250	231	-	-	19	80
Provisão para estoques obsoletos	1.547	1.392	-	-	155	(226)
Operações com derivativos	9	1.117	-	(1.600)	(1.108)	3.867
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	(1.551)	575	-	-	(2.126)	276
Provisão desvinculo de funcionários	725	669	-	-	56	(197)
Participação dos diretores e funcionários	2.211	2.054	-	-	157	204
Provisões diversas e outros	3.930	2.339	-	-	1.591	(352)
Randonprev avaliação atuarial	(5)	(430)	(4)	(296)	421	(232)
Ajuste "valor atribuído" do imobilizado	(18.252)	(19.514)	-	-	1.262	1.396
Lucro não realizado nos estoques	4.378	8.529	-	-	(4.151)	6.128
Compra vantajosa Controil	(73)	(650)	-	-	577	577
Depreciação vida útil / fiscal	(15.065)	(11.164)	-	-	(3.901)	(2.898)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos					(9.825)	10.431
Passivo fiscal diferido	(21.189)	(11.368)				
Patrimônio Líquido			(4)	(1.896)		

Consolidado

	Balanco patrimonial		Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízos fiscais a compensar	32.895	32.389	-	2.411	1.663	10.184
Provisão para comissões e fretes	410	994	-	-	(584)	20
Provisão para devedores duvidosos	363	2.512	-	-	(2.149)	1.796
Provisão para contingências	456	437	-	-	19	80
Provisão estoques obsoletos	1.773	1.523	-	-	250	(129)
Operações de derivativos	9	1.117	-	(1.600)	(1.108)	3.867
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	(1.483)	633	-	-	(2.116)	331
Provisão desvinculo de funcionários	725	669	-	-	56	(197)
Participação dos diretores e funcionários	2.211	2.054	-	-	157	204
Provisões diversas	3.936	2.361	-	-	1.575	(484)
Randonprev avaliação atuarial	(5)	(430)	(4)	(296)	421	(232)
Ajuste valor atribuído do imobilizado	(22.039)	(23.828)	-	-	1.789	2.022
Compra vantajosa Controil	(73)	(650)	-	-	577	577
Depreciação vida útil / fiscal	(16.699)	(13.117)	-	-	(3.582)	(2.860)
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos					(3.032)	15.179
(Passivo) fiscal diferido	(28.851)	(23.949)				
Ativo fiscal diferido	31.330	30.613				
Patrimônio Líquido			(4)	515		

22 Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta de vendas	780.613	731.684	1.062.659	1.104.779
Devolução de vendas	(2.022)	(1.437)	(3.671)	(3.250)
Ajuste a valor presente	(13.228)	(13.074)	(13.880)	(13.738)
Impostos sobre a venda	(184.873)	(175.448)	(232.457)	(212.765)
Receita operacional líquida	580.490	541.725	812.651	875.026

23 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(408.669)	(361.191)	(580.608)	(619.441)
Despesas com vendas	(46.079)	(55.530)	(66.838)	(88.188)
Despesas administrativas e gerais	(40.294)	(43.144)	(59.274)	(69.128)
Outras despesas operacionais	(11.842)	(23.742)	(28.960)	(29.476)
	(506.884)	(483.607)	(735.680)	(806.233)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(27.606)	(27.456)	(40.016)	(41.585)
Despesas com pessoal	(149.311)	(144.375)	(200.718)	(210.208)
Remuneração e participação dos administradores	(3.463)	(3.702)	(3.463)	(3.702)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(215.192)	(176.191)	(324.715)	(366.209)
Fretes	(18.845)	(18.081)	(24.686)	(26.322)
Energia elétrica	(14.473)	(11.775)	(21.444)	(19.873)
Comissões	(3.594)	(5.772)	(4.636)	(8.372)
Conservação e manutenção	(15.658)	(14.035)	(23.366)	(29.949)
Aluguéis	(4.169)	(3.748)	(6.121)	(5.226)
Assessoria em TI	(4.460)	(5.808)	(5.236)	(6.241)
Assistência Técnica	(1.915)	(398)	(2.070)	(593)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	-	(11.950)	-
Outras despesas	(48.198)	(78.472)	(67.259)	(87.953)
	(506.884)	(483.607)	(735.680)	(806.233)

24 Despesas com pessoal e participação nos lucros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ordenados e salários	129.155	123.698	173.663	181.714
Custos de previdência social	3.046	3.004	7.403	7.728
Custos relacionados com aposentadoria	1.104	979	1.104	979
Benefícios concedidos	16.006	16.694	18.548	19.787
	149.311	144.375	200.718	210.208

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido no Programa de Participação nos Resultados homologado nos sindicatos das categorias, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000. O montante de participação nos lucros apurados em 31 de dezembro de 2016 foi no valor de R\$ 6.919 (R\$ 10.031 em 31 de dezembro de 2015).

25 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras:				
Variação cambial	39.012	94.409	39.228	95.207
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	46.286	24.016	46.773	24.070
Ganhos com outras operações de derivativos	-	3.814	-	3.814
Ajuste a valor presente	13.520	12.409	14.156	13.057
Outras receitas financeiras	700	1.025	2.576	1.871
	99.518	135.673	102.733	138.019
Despesas financeiras:				
Variação cambial	(51.519)	(84.394)	(52.026)	(84.678)
Juros sobre financiamentos	(14.165)	(17.876)	(24.234)	(31.919)
Perdas com outras operações de derivativos	(58)	(7.056)	(58)	(7.056)
Ajuste a valor presente	(3.078)	(2.343)	(3.534)	(3.141)
Despesas bancárias	(7.140)	(6.365)	(7.226)	(7.709)
Descontos concedidos	(4.138)	(7.077)	(4.351)	(7.171)
Outras despesas financeiras	(6.672)	(9.786)	(8.660)	(9.877)
	(86.770)	(134.897)	(100.089)	(151.551)
Resultado financeiro líquido	12.748	(776)	2.644	(13.532)

26 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e riscos de liquidez, aos quais a Companhia entende estar exposta, de acordo com sua natureza de negócios e estrutura operacional.

Uma parcela das receitas da Companhia e de suas controladas são geradas pela comercialização de produtos para o mercado externo. Dessa forma, a volatilidade da taxa de câmbio está associada aos riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas contratam operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pré e pós-fixadas.

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras de liquidez não imediata, de contas a

receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os riscos da Companhia são descritos a seguir.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido à variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Apresentamos a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

Controladora	Nota	Hierarquia	Valor contábil		Valor justo	
			31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	6	(2)	218.529	119.656	218.529	119.656
Empréstimos e recebíveis						
Aplicações financeiras de liquidez não imediata	7	(2)	274.181	55.008	274.179	55.003
Clientes	8	(2)	167.322	173.686	167.322	173.686
Passivos						
Passivos pelo custo amortizado						
Fornecedores		(2)	(41.479)	(28.133)	(41.479)	(28.133)
Empréstimos e financiamentos	17	(2)	(226.976)	(324.895)	(171.032)	(325.053)
Valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos	26	(2)	-	(429)	-	(429)
Total			391.577	(5.107)	447.519	(5.270)
Consolidado						
			Valor contábil		Valor justo	
	Nota	Hierarquia	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	6	(2)	256.244	161.895	256.244	161.895
Empréstimos e recebíveis						
Aplicações financeiras de liquidez não imediata	7	(2)	274.181	55.008	274.179	55.003
Clientes	8	(2)	61.449	75.507	61.449	75.507
Passivos						
Passivos pelo custo amortizado						
Fornecedores		(2)	(56.420)	(42.960)	(56.420)	(42.960)
Empréstimos e financiamentos	17	(2)	(256.168)	(382.158)	(194.733)	(382.316)
Valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos	26	(2)	-	(429)	-	(429)
Total			279.286	(133.137)	340.719	(133.300)

Hierarquia de valor justo

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- **Nível 1:** preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2:** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- **Nível 3:** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo, considerando uma técnica de avaliação de Nível 2. Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas às taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos à taxas fixas e taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias, avaliam a necessidade de contratação de operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA, Libor, URTJ, US\$ e CDI.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos à taxas variáveis).

Foram considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

A análise de sensibilidade leva em consideração as posições em aberto na data-base de 31 de dezembro de 2016, com base em valores nominais e juros de cada instrumento contratado. Considerando os critérios de sensibilidade descritos acima, os instrumentos financeiros contratados com taxas fixas, não possuem qualquer variação significativa que possam afetar de forma material as demonstrações financeiras.

Deterioração das receitas financeiras

Operação	Moeda	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Aplicações financeiras	R\$	72.297	54.223	36.148
		Depreciação da taxa em	25%	50%

Referência para receitas financeiras

	Provável	Possível	Remota
CDI %	13,6%	10,2%	6,8%

Aumento das despesas financeiras

	Moeda	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Instituições financeiras	R\$	16.976	21.867	27.092
		Apreciação da taxa em	25%	50%

Referência para passivos financeiros

	Provável	Possível	Remota
TJLP	7,5%	9,4%	11,3%
URTJ	4,1%	5,1%	6,1%
CDI	13,6%	17%	20,4%
US\$	3,26	4,07	4,89
LIBOR Semestral	1,3%	1,6%	2%
IPCA	6,3%	7,9%	9,4%

Risco de câmbio

A Companhia adota o *hedge accounting*, de acordo com as práticas de mercado (CPC 38 R1 /IAS 39) e regulamento próprio, com o objetivo de eliminar a volatilidade da variação cambial do resultado da Companhia.

A Companhia designou formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos derivativos para cobertura das suas exportações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de reduzir a volatilidade das receitas de exportação em decorrência das mudanças da taxa de câmbio frente ao Real.

A adoção está amparada na efetividade das expectativas de exportações ao longo do tempo, quando comparadas ao fluxo de vencimentos dos compromissos sujeitos à variação em moeda estrangeira, majoritariamente o dólar dos Estados Unidos, que estão diluídos no longo prazo.

A utilização dessa prática visa a refletir de forma mais adequada os resultados da Companhia, no que se refere a ativos e passivos expostos à variação de moeda estrangeira.

A estrutura de *hedge* consiste na cobertura de um grupo de passivos, compromissos firmes, transações previstas altamente prováveis com características de risco semelhantes das de exportação a fixar em moeda estrangeira (dólar americano - USD), contra o risco de variação cambial frente ao Real - BRL, adotando como instrumento de cobertura atual, instrumentos financeiros não derivativos (financiamentos), em valores e vencimentos equivalentes ao *budget* de venda de produtos fabricados.

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentou variação negativa de 16,54% (47,01% positiva em 31 de dezembro de 2015). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em *hedge* natural, a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (*hedge*).

Adicionalmente, a Companhia designa operações de “Financiamento” visando a proteger a exposição das vendas futuras altamente prováveis em moedas diferentes da moeda funcional. Essas operações são documentadas para o registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), em conformidade com o CPC 38 (R1). A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados desses instrumentos contratados para operações próprias.

Essas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação dessas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de proteção devido à variações na taxa de câmbio.

Instrumentos financeiros designados como *hedge accounting*

Contraparte	Tipo	Taxa Contratação	Taxa Designação	Notional US\$	Variação Cambial	
					Contabilizada no Patrimônio Líquido *	Valor Contábil
Banco Itaú	NCE	1.8316	2,3426	13.637	12.498	44.442

(*) Valor diferido no patrimônio líquido (*hedge accounting*), em contrapartida às contas no grupo de empréstimos e financiamentos.

Instrumentos de proteção designados para *hedge accounting* e períodos previstos do fluxo de caixa das exportações:

Ano de referência	Valor designado financiamento USD (Instrumento de Hedge)	Mês de referência	Vendas em USD designadas (Objeto de hedge)
2017	5.454	set/16	5.454
2018	5.455	mar/17	5.455
2019	2.728	set/17	2.728
Total	13.637	Total	13.637

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a exposição cambial da Companhia e suas controladas para operações em moeda estrangeira são como segue:

	US\$ mil			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos	66.060	63.900	26.199	17.583
B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos	50.501	47.078	58.857	60.570
C. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	-	(110)	-	(110)
D. Exportações futuras designadas para <i>hedge accounting</i>	13.636	19.091	13.636	19.091
E. Superávit (Déficit) apurado (A-B+C+D)	29.195	35.803	(19.022)	(24.006)

Sensibilidade à taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (devido a variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e do patrimônio da Companhia. Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Operação	Risco	Controladora		
		Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Exposição líquida de instrumentos Financeiros	Alta do US\$	95.149	118.936	142.724
	Queda do US\$	95.149	71.362	47.575
Operação	Risco	Consolidado		
		Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Exposição líquida de instrumentos Financeiros	Alta do US\$	(61.996)	(77.495)	(92.994)
	Queda do US\$	(61.996)	(46.497)	(30.998)

Risco de estrutura de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo:

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Controladora			
Empréstimos e financiamentos	17	226.976	324.895
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata	6 e 7	<u>(492.710)</u>	<u>(174.664)</u>
Dívida líquida		(265.734)	150.231
Patrimônio líquido		<u>772.136</u>	<u>432.142</u>
Patrimônio e dívida líquida		<u>506.402</u>	<u>582.373</u>
Quociente de alavancagem		-	26%
Consolidado			
Empréstimos e financiamentos	17	256.168	382.158
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata	6 e 7	<u>(530.425)</u>	<u>(216.903)</u>
Dívida líquida		(274.257)	165.255
Patrimônio líquido		<u>772.136</u>	<u>432.142</u>
Patrimônio e dívida líquida		<u>497.879</u>	<u>597.397</u>
Quociente de alavancagem		-	28%

Garantias

A Companhia não têm ativos financeiros dados em garantia em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito a procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação e histórico de perda. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contava com aproximadamente 31 clientes que deviam mais que R\$ 1.037 cada (em 31 de dezembro de 2015 eram 32 clientes que deviam R\$ 1.075 cada), sendo responsáveis por aproximadamente 70% de todos os recebíveis devidos. Os demais 30% estavam representados por 270 clientes, que deviam uma média de aproximadamente R\$ 50 cada. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada fechamento em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente.

O cálculo é baseado em dados históricos efetivos. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado que está indicado na Nota explicativa 8.

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pelo Comitê de Planejamento e Finanças, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2016 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Controladora

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016					Fluxo de caixa	Valor contábil
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos		
Empréstimos e Financiamentos	26.187	80.576	131.919	7.948	246.630	226.976
Fornecedores	41.275	-	-	-	41.275	41.479
	67.462	80.576	131.919	7.948	287.905	268.455

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015			1 a 5		Fluxo	Valor
	Até 3 meses	3 a 12 meses	anos	Mais de 5 anos	de caixa	contábil
Empréstimos e Financiamentos	33.383	90.771	187.238	13.503	352.227	324.895
Fornecedores	25.820	2.313	-	-	28.133	28.133
	59.203	93.084	187.238	13.503	380.360	353.028

Consolidado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016			1 a 5	Mais	Fluxo	Valor
	Meses	meses	anos	de 5 anos	de caixa	contábil
Empréstimos e Financiamentos	33.200	88.185	149.634	7.948	278.967	256.168
Fornecedores	56.088	86	-	-	56.174	56.420
	89.288	88.271	149.634	7.948	335.141	312.588

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015			1 a 5	Mais de	Fluxo	Valor
	Até 3 meses	3 a 12 meses	anos	5 anos	de caixa	contábil
Empréstimos e Financiamentos	48.677	102.205	217.773	13.503	413.863	382.158
Fornecedores	39.306	3.644	-	-	42.960	42.960
	87.933	105.849	217.773	13.503	456.823	425.118

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em aberto.

27 Compromissos

Garantias

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia apresentava os seguintes montantes de garantias representadas por avais, fianças, propriedade fiduciária e hipotecas:

Tipo de garantia	Controladora		Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
Freios Controil Ltda	Aval e fiança	1.490	3.958	1.490	3.958

28 Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações, são eles:

- **Segmento de montadoras:** referem-se aos resultados consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 da Fras-le S.A. de materiais de fricção para o mercado de montadoras.

- **Segmento de reposição:** referem-se aos resultados consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 da Fras-le S.A. de materiais de fricção para o mercado de reposição de peças.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base no lucro ou prejuízo operacional, e os financiamentos da Companhia (incluindo receita e despesa de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito da Companhia, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

a. Informações por segmentos de negócios

	Montadoras		Reposição		Total	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida para terceiros	98.290	131.038	714.361	743.988	812.651	875.026
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(75.398)	(101.281)	(505.210)	(518.160)	(580.608)	(619.441)
Lucro bruto	22.892	29.757	209.151	225.828	232.043	255.585
Despesas operacionais					(148.406)	(174.717)
Resultado financeiro líquido					2.644	(13.532)
Lucro (antes do imposto sobre o lucro)					86.281	67.336

Despesas operacionais, ativos e passivos não foram divulgados por segmento, pois tais itens são administrados no âmbito da Companhia, não sendo informados de forma segregada ao responsável pela tomada de decisão.

b. Vendas líquidas por segmentos geográficos

	Montadoras		Reposição		Total consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Região:						
Mercado nacional	52.854	78.538	316.800	350.347	369.654	428.885
Nafta	41.406	48.397	152.561	177.345	193.967	225.742
Europa	728	533	48.349	35.912	49.077	36.445
Mercosul	-	-	137.000	134.660	137.000	134.660
África	-	-	23.268	17.591	23.268	17.591
Ásia e Oceania	3.302	3.570	11.798	9.691	15.100	13.261
Outros	-	-	24.585	18.442	24.585	18.442
Total	98.290	131.038	714.361	743.988	812.651	875.026

As informações acima sobre a receita consideraram a localidade do cliente.

c. Ativo por área geográfica

	Ativo	
	31/12/2016	31/12/2015
Brasil	320.622	344.779
Estados Unidos	40.281	67.880
Argentina	5.547	2.634
Chile	26	33
Mexico	28	35
China	8.365	12.866
Alemanha	249	417
Africa	1	12
Emirados Arábes	10	19
Eliminações	(513)	(840)
Total	374.616	427.834